

Aula 5

O CAPITALISMO ENTRE GUERRAS (1914 E 1945)

META

Apresentar as características do capitalismo monopolista e financeiro entre as duas grandes guerras mundiais: 1914 – 1945.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
relacionar as crises econômicas provocadas pela II Grande Depressão e as Guerras Mundiais com as transformações do capitalismo;
compreender a importância do Estado para a economia capitalista durante a “era da catástrofe”.

PRÉ-REQUISITOS

Rever as aulas sobre: Ideologia Liberal, Revolução Industrial e O Capitalismo Concorrencial.

Lourival Santana Santos
Ruy Belém de Araújo

INTRODUÇÃO

A era da catástrofe é a identificação proposta por Eric Hobsbawm para o período da história mundial que compreende os anos entre o início da I Guerra Mundial (1914) e o término da Segunda Guerra Mundial. Época marcada economicamente pela II Grande Depressão da história do capitalismo, que colocou um ponto final na prosperidade econômica que se seguiu após a I Grande Depressão, levando à falência várias empresas capitalistas, e de roldão a maioria dos trabalhadores ao desemprego e à fome. Situação que foi registrada por vários romancistas internacionais como John Steinbeck, em “As Vinhas da Ira” e George Orwell, em “O Caminho para Wigan Pier”. Mas que também foi observada em declarações de altos executivos, como a proferida pelo diretor executivo do Conselho do Bem-Estar de Nova Iorque, que reconheceu a degradante condições de vida que a depressão estava causando aos trabalhadores. Afirmou o diretor: “Essas pessoas, que desconheciam o que era passar necessidade, vêm-se obrigadas a pedir auxílio. O espectro da fome ronda milhões de famílias que nunca haviam experimentado a realidade do desemprego por um período tão prolongado e que certamente nunca conheceram o que era estar entregues a uma situação absolutamente desesperadora.” (HUNT; SHERMAN, 1986, 165).

Esse período também foi marcado pela perda da hegemonia do capitalismo europeu, liderado pela Inglaterra, pela ascensão do capitalismo dos Estados Unidos da América, pela consolidação do capitalismo monopolista e financeiro, e pelo Estado planejador dos assuntos econômicos. Este será o assunto da nossa aula de hoje.



Figura 2 - Eric Hobsbawm
(Fonte: <http://www.hindu.com>).

O CAPITALISMO EM CRISE

As formações sociais capitalistas, depois da superação da crise provocada pela I Grande Depressão, ocorrida no final do século XIX, tiveram um dinâmico processo de expansão econômica, que fez os segmentos sociais beneficiados pelo progresso e pela industrialização acreditar que essa seria a “eterna e inexorável condição” do modo de produção capitalista. A sociedade burguesa liberal encontrava-se em seu auge. A Europa dominava o mundo em todos os seus aspectos. Na economia, a supremacia dos principais países capitalistas europeus (em destaque a Inglaterra, França, Alemanha e Bélgica) detinha, nas vésperas da I Guerra Mundial (1914), 62% da produção e mais de 80% dos capitais investidos no exterior, controlava os preços do mercado internacional e era a maior compradora de matérias primas e de produtos agrícolas dos países periféricos. De forma imperialista, dominava a Ásia, a África e a América Latina.

O nacionalismo exacerbado ganhava as mentes das populações imperialistas, reforçando a radical decisão dos governos de adotarem uma política militarista, bem a gosto do empresário imperialista capitalista, pois garantia o consumo das indústrias ligadas à fabricação de armas e outros suprimentos materiais (alimento, fardas, calçados etc.) para as forças armadas.

Mas, como já vimos antes, a natureza do desenvolvimento capitalista se apóia em contradições que, em determinadas conjunturas, geram crises parciais ou gerais. Sendo assim, a “vistosa” situação da hegemonia burguesa europeia se contraditava com as condições da classe trabalhadora, que, apesar de sua expansão quantitativa, continuava a luta incessante por melhorias salariais e condições de trabalho, pressionando o capital a gastar mais com a reprodução da força de trabalho. Ao mesmo tempo em que acirrava a competição entre as formações sociais capitalistas por novos mercados.

O acirramento dessas contradições empurrou as formações sociais e econômicas imperialistas à guerra, ao rumo à “era da catástrofe” e ao “abismo econômico. A uma guerra sem limites, de massa, pois como bem colocou Eric Hobsbawm, da:

I Guerra em diante, as guerras do século XX, “envolve todos os cidadãos e mobiliza a maioria; é travada com armamentos que exigem um desvio de toda a economia para a sua produção, e são usados em quantidade inimagináveis; produz indizível destruição e domina e transforma absolutamente a vida dos países envolvidos. (HOBSBAWM, 1995, 51)

A preparação para a guerra das formações sociais imperialistas fez crescer a ideologia do nacionalismo, causando uma derrota ao movimento operário que se colocou contrário à guerra e fragilizou a bandeira do in-

ternacionalismo, que convocava os trabalhadores a se organizar contra a guerra, pois ela só era de interesses dos capitalistas.

As greves gerais foram insuficientes para fortalecer o movimento operário na luta contra a guerra e a favor da paz. Mas, a guerra causou outra derrota aos trabalhadores organizados, pois contribuiu para quebrar a resistência dos operários contra a introdução do “gerenciamento científico” no processo de produção capitalista. Além dessas derrotas, a classe trabalhadora, durante a I Guerra Mundial, foi prejudicada com a morte de 10% do efetivo empregado no setor industrial. (BEAUD, 1981) Número que aumentaria enormemente durante a II Guerra.

Mas, apesar da guerra destruir parte das forças produtivas, ela contribuiu para intensificar as forças dinâmicas da economia capitalista, através da renovação constante das forças produtivas com a intensificação do uso de novas técnicas de produção e do conhecimento científico, na medida em que “a natureza da guerra” do século XX passou a ser uma “guerra de massa”, que só seria possível funcionar por uma “economia industrializada de alta produtividade”.

Uma economia industrial de alta produtividade para operar exigia altos recursos financeiros que os capitalistas foram buscar no Estado capitalista, aprofundando ainda mais a integração entre a política e a economia, e entre o governo e os setores privados. Além do financiamento, objetivando incrementar a política armamentista, os estados capitalistas passaram a possuir as suas próprias indústrias bélicas.

Contudo, apesar do investimento na constituição da indústria voltada para a guerra pelo Estado, a prosperidade da economia voltada para a guerra se verificou com a simbiose entre o governo e a indústria de guerra privada na construção de um “complexo industrial militar”. Essa tendência foi apontada por Rosa de Luxemburgo em 1913, ao reconhecer a importância da produção militarista para a reprodução ampliada do capital, na medida em que o governo, como consumidor, garante a compra dos produtos militares, livrando os capitalistas das “flutuações do mercado”, quanto à incerteza do consumo. A continuidade do mercado para a indústria bélica advém da forte influência que os proprietários do capital possuem sobre

a legislação e da imprensa cuja função é moldar a assim chamada ‘opinião pública’. É por isso que esta área particular da acumulação capitalista parece capaz a princípio de uma expansão infinita. Todos os outros esforços para expandir o mercado e estabelecer as bases operacionais do capital depende largamente de fatores históricos, sociais e políticos, que estão além do controle do capital, ao passo que a produção para o militarismo representa um campo cuja expansão progressiva e regular parece primariamente determinada pelo próprio capital. (Rosa de Luxemburgo, *Acumulação Primitiva* citada por MÉSZAROS, István. *Produção Destrutiva e Estado Capitalista*. São Paulo: Ensaio, 1989, p. 61)

A articulação entre o Estado e a economia continuou a se processar de uma forma tão intensa que o reconhecimento de uma “grande nação” se dava utilizando-se de variáveis que estivessem ligando uma “grande economia” a uma forte força militar.

A I Grande Guerra deu início à “era da catástrofe”, e a ela se segue

um tipo de colapso verdadeiramente mundial, sentido em todos os lugares em que homens e mulheres se envolviam ou faziam uso de transações impessoais de mercado. Na verdade, mesmo os orgulhosos EUA, longe de um porto seguro das convulsões de continentes menos afortunados, se tornaram o epicentro deste que foi o maior terremoto global medido pela escala Richter dos historiadores econômicos – a Grande Depressão do entre guerras. Em suma: entre elas, a economia mundial capitalista pareceu desmoronar. Ninguém sabia exatamente como se poderia recuperá-la. (HOBSBAWM, 1995, 91)

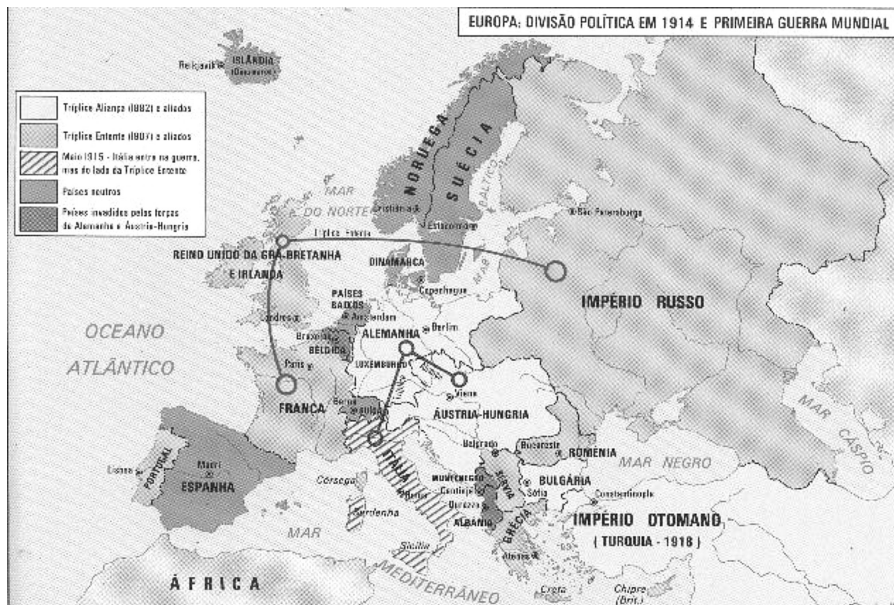


Figura 3 - (Fonte: www.culturabrasil.org)

A recuperação da economia que se segue pós I Guerra Mundial não fez desaparecer as contradições que levaram o capitalismo à I Grande Depressão e à guerra. O movimento dos trabalhadores ganhou novo ímpeto com a Revolução Socialista de 1917, na Rússia. Revolução que rompeu com o capitalismo, dando uma pátria ao socialismo. As suas principais lideranças a viam como a origem da revolução mundial, que através de sua internacionalização levaria de roldão o mundo capitalista. Porém, as revoluções, com a sua natureza, em outros países, não conseguiram se efetivar. Em 1919, as revoluções comunistas na Alemanha e na Hungria foram derrotadas. Na

França, o movimento revolucionário rachou, colocando separadamente socialistas e comunistas. O movimento operário revolucionário, internacionalmente, encontra-se em processo de desarticulação e em contra partida se assistia ao crescimento de tendência de direita dominada pela visão de mundo nazi-facista.

No contexto econômico internacional, assiste-se ao início do processo de superação da hegemonia do capitalismo europeu, em especial o inglês, diante do crescimento econômico dos Estados Unidos da América. Outras nações como a URSS e o Japão se empenharam de forma formidável em processos distintos de industrialização. A Alemanha, depois da humilhação imposta pelas potências vencedoras da I Grande Guerra, através da imposição do tratado de Versalhes, na perspectiva de aniquilar a possibilidade de um desenvolvimento econômico alemão, que viesse a concorrer com os interesses imperialistas da França, e da Inglaterra principalmente, voltou, no final dos anos trinta, a desenvolver uma política de industrialização agressiva, principalmente após a conquista do governo alemão pelo Partido do Nacional Socialista, liderado por Adolf Hitler.

Quanto às formações econômicas e sociais capitalistas periféricas, iniciaram programas de industrialização. No caso do Brasil, a economia iniciou processo de superação do “modelo agrário exportador” centrado na monocultura e voltado para o mercado externo para um modelo industrial via a adoção de uma política de industrialização de substituição de exportação.

Mas, como havíamos colocado anteriormente, a expansão da economia capitalista do pós I Guerra foi incapaz de evitar um novo e forte abalo na economia capitalista mundial que foi envolvida pela II Grande Depressão da década de 1930. A crise da economia capitalista da década de trinta teve sua origem nos Estado Unidos, cuja economia havia acumulado capital mais forte durante a Guerra Mundial e o período seguinte.

Depois da I Guerra Mundial, a economia dos EUA se transformou na maior economia do mundo, responsável por mais de um terço da produção industrial mundial. Também, era o maior credor mundial, o maior importador (comprador) de matérias-primas (trigo, borracha, seda, cobre, estanho, café). Internamente, o crescimento econômico se baseava no consumo de massa facilitado por um crédito fácil. Ser um patriota americano era ser um consumidor dos produtos industrializados americanos. Henry Ford, o introdutor da regulação fordista e dono da Ford, era também defensor do aumento real dos salários, como resultante do crescimento da produtividade, como meio de dar dinamismo à economia, com o aumento do consumo, da produção e do lucro. A política consumista desenvolvida nos Estados Unidos fez reduzir a prática da poupança, que passou a ser discriminada, pois o que era importante para a sociedade era consumir sempre mais.

Essa ideologia do consumo foi assim comentada por um Jornalista americano:

poupar era condenado como algo irremediavelmente impatriótico. Era dever de cada norte-americano comprar maior número possível de relógios de pulso, enceradeiras, geladeiras, aparelhos de barbear elétricos, bicicletas ergométricas e lata de ervilhas. (BRENER, 1996, p. 6).

Poderíamos incluir na lista do consumo americano o carro, os altos edifícios e os produtos de Hollywood. Tudo isso financiado a crédito fácil. Era o modo de vida (o american way of life) em construção. As bolsas de valores locais de captação de recurso para os investimentos na economia viviam o seu auge.

Mas nem toda a população vivia “o modo de vida americano”. Grande parte dela continuava na pobreza.

As condições de expansão do capitalismo têm seus limites. As bases da prosperidade econômica da década de 1920 eram fracas. Pois se baseava em um cenário internacional economicamente desfavorável à criação de uma demanda crescente e duradoura, que garantisse o consumo do crescimento da produtividade das indústrias americanas. O endividamento nas nações atingidas pela guerra, como os EUA, era enorme e não possuía meios reguladores para o seu pagamento, o que acarretava mais ainda os problemas das transações comerciais mundiais. A agricultura, setor importante para o escoamento da produção industrial, não conseguia mundialmente recupera-se, pois a sua comercialização continuava a cair e vinha acumulando desvalorização, “se achava praticamente em estado de depressão”. Os salários perdiam a corrida diante da valorização dos preços dos produtos, impedindo a continuidade do consumo, não dando conta de consumir a crescente produção industrial provocada pelo aumento da produtividade. O mercado diminuindo ampliou a concorrência entre os estados capitalistas. Concorrência que se tornou mais acirrada na medida em que os países europeus, devastados pela guerra, recuperavam gradativamente a produção agrícola e a industrial.

Lentamente, estava se montando a situação que geraria a crise que assolaria a economia mundial capitalista no início do século XX, que pode ser resumida como sendo uma crise provocada pela superprodução e especulação. A produção agrícola americana ampliada pela industrialização começou a perder o mercado consumidor criado no pós-guerra com a recuperação da produção agrícola de países europeus, situação que contribuiu para aumento de excedente que se tornava cada vez mais impossível de ser consumido por falta de mercado interno e externo. Situação que se agravou



Figura 4 - Família desempregada, vivendo em condições miseráveis. A Grande Depressão causou pobreza geral nos Estados Unidos e em diversos países do mundo. (Fonte: www.wikipedia.org).

mais ainda pela redução forte dos salários dos trabalhadores americanos, forçando a redução do consumo. A diminuição do consumo dos produtos agrícolas impedia que esse setor da economia acumulasse o suficiente para demandar produtos industrializados (tratores, máquinas, insumos e outros produtos). A redução do consumo atingia toda a economia, desde agricultura a produtos industrializados, o que gerou uma crise de superprodução. A diminuição do mercado consumidor provocou falência generalizada das empresas e o aumento do desemprego.



Figura 5 - Desempregados fazem fila para tomar a sopa gratuita em Chicago (EUA), durante a crise econômica da década de 1930. (Fonte: www.miniweb.com.br).

Junto à crise de superprodução atuou a especulação financeira nas bolsas de valores locais de venda de ações das empresas. A Bolsa de Nova Iorque, uma das mais importantes da época, viveu, durante os anos vinte, uma agitada época de valorização das ações comercializadas, seguindo a empolgação da prosperidade que dominou a economia dos EUA, através de cotações altíssimas das ações, sem o cuidado de verificar a realidade econômica das empresas, facilitando um forte movimento especulativo. A falsidade do valor de suas ações veio

à tona quando começaram a falir determinadas empresas, causando pânico entre os investidores, que atingiu o auge no dia 24 de outubro de 1929, a “Quinta-feira Negra”, o dia do “crack” da bolsa de Nova Iorque. A crise durou três anos. Nos Estados Unidos, foram à falência 4 mil bancos, 14 milhões de pessoas ficaram desempregadas, os salários acumularam uma perda de mais de 40% e a renda nacional diminuiu em mais ou menos 50%. Essa situação gerou uma crise sem precedente na economia mundial e as medidas aplicadas para a superação da crise modificaram radicalmente o capitalismo, desmontando a idéia de um capitalismo liberal, em que a livre concorrência ajustaria o mercado.

No Brasil, a repercussão do “crack” da bolsa de Nova Iorque foi trágico, causando a falência de 579 fábricas devido à redução do consumo, o desemprego atingiu dois milhões de pessoas, os salários dos trabalhadores urbanos caíram em média 45% e os dos trabalhadores rurais acumularam uma queda de 53%. As medidas de restrições ao crédito e as políticas protecionistas adotadas pelos países consumidores dos produtos brasileiros, principalmente os Estados Unidos e Inglaterra, forçaram a queda do valor do principal produto da pauta de exportação brasileira, o café, que teve seu preço reduzido da saca de 200 mil reis, em 1929, para 21 mil reis, em 1930. (REZENDE, 1999).

Cada formação social buscou sua saída para a crise da década de 1930. As saídas propostas para a crise aconteceram inspiradas em três vertentes ideológicas: o planejamento centralizado como base no pensamento marxista-leninista; a administração estatal da macroeconomia com base na renda nacional baseada nas formulações de J. M. Keynes, e a vertente nazi-facista que busca de forma centralizada o pleno emprego e a industrialização.

Ver glossário no final da Aula

A saída para a crise da maior economia do mundo, a dos EUA, foi introduzida pelo presidente americano Franklin D. Roosevelt, eleito em 1932 e reeleito três vezes, através do plano econômico denominado “New Deal” (o novo contrato), que rompeu com as diretrizes clássicas do liberalismo na medida em que introduzia a interferência do Estado na economia. O plano absorvia, ao longo de sua elaboração e execução, algumas idéias de J. M. Keynes. O New Deal, em síntese, se resumiu na intervenção do Estado através de investimentos na infra-estrutura, com a construção de estradas, barragens, hidroelétricas, aeroportos, portos e habitações populares. Essas ações tinham como objetivo aquecer a oferta de empregos e diminuir o desemprego, ao mesmo tempo recuperar o poder de consumo e incentivando as produções industrial e agrícola. De imediato, o plano econômico não recuperou a economia, fato que foi conseguido durante a guerra e depois dela.

O plano New Deal sofreu uma forte oposição de setores dos empresários capitalistas e de segmentos da alta corte de justiça que não aceitavam a intervenção do Estado na economia, e continuavam defendendo as teses do liberalismo, acreditando na “mão invisível” para equilíbrio da economia. Apesar da oposição de alguns empresários, o New Deal “abriu caminho para uma “frutuosa cooperação” entre o governo e os negócios. Pois, a partir do momento em que “o que bom para a General Motors é bom para a América, América first (América em primeiro) pode ser muito bem ser trocado por Business first. (negócios em primeiro) (BEAUD, 1981, p. 268.)

A Inglaterra, país que hegemonizou a economia mundial capitalista durante todo o século XIX, procurava caminhos para a recuperação econômica. As contradições do capitalismo se apresentavam mais intensa. Os trabalhadores organizados em sindicatos e em partidos políticos elegiam governos seguidamente vinculados às tendências reformistas do trabalho, impedindo que a ânsia de acumulação do capital reduzisse o poder de ganho da classe trabalhadora.

Para recuperar-se economicamente das crises parciais que vinham atingindo a economia inglesa depois da I Guerra Mundial, o governo juntamente com o empresariado britânico desenvolveu política econômica que visava à recuperação do valor da libra esterlina (a moeda inglesa) para os valores antes da guerra, o que implicava na desvalorização do valor dos salários dos trabalhadores, o que motivou a reação dos trabalhadores com greves.

Porém, o governo inglês, juntamente com o patronato, de forma repressiva, impôs uma violenta derrota à classe trabalhadora com a declaração da ilegalidade da greve geral convocada “Trade Unions”, em 1926, o que dividiu os trabalhadores. Para consolidar o enfraquecimento dos sindicatos, em 1927, o Parlamento Inglês aprovou lei que restringia o direito de greve.

A essa política de desvalorização salarial utilizada pelo governo inglês foi duramente combatida pelo J. M. Keynes, que não acreditava que a política de valorização da libra e a conseqüente desvalorização do valor dos salários recuperassem a economia inglesa. Com a crise de 1929, a situação da economia inglesa ficou insustentável, pois ela colocou que a indústria inglesa não conseguiu acompanhar o desenvolvimento do setor ao manter-se ligada ainda à primeira Revolução Industrial baseada na exploração e no uso do carvão na metalurgia e na indústria têxtil, enquanto em outros países capitalistas, em especial os Estados Unidos, avançaram no uso da eletricidade e do petróleo.

Em 1931, com a vitória de uma aliança trabalhista para o governo da Inglaterra, a política liberal de valorização da libra e da redução salarial foi substituída por uma política econômica influenciada pelas teses de Keynes, partidário da idéia de que a redução do desemprego e do aumento do consumo seria base para o crescimento econômico. No desenvolvimento dessa política, o Estado teria um papel central, pois se responsabilizaria pelos investimentos na infra-estrutura e regularia os salários. A política adotada recuperou parcialmente a economia inglesa e reduziu o número de desempregado. Também, a política econômica adotada que visou à reestruturação do setor industrial favoreceu ao processo de concentração das empresas. Assim, a poderosa economia capitalista liberal do século XIX se despedia, dando lugar ao capitalismo monopolista e financeiro.

As derrotas na I Grande Guerra e II Grande Depressão, também marcaram, na Alemanha, a transição de uma economia liberal pela economia do capitalismo monopolista e financeiro. A política econômica do Partido do Nacional Socialismo Alemão (Partido Nazista) liderado por Hitler, a partir de 1933, desenvolveu uma política fortemente centralizada na mão do Estado, que impôs um ferrenho controle da classe trabalhadora, liquidando organizações sindicais e partidárias de tendências comunistas e socialdemocráticas. Com um forte apoio político do grande capital e da pequena e média burguesia os nazistas, através de um Estado totalitário e objetivando a consolidação da “Grande Alemanha”, reduziram o desemprego de 5 milhões de trabalhadores, em 1933, para pouco mais de dezenas de milhares, em 1939. A produção industrial dobrou. A recuperação econômica era evidente, tendo como principal condutor o Estado, que era o maior empregador, o principal consumidor, principal construtor e banqueiro.

Com objetivos militares, incentivou o crescimento da indústria da guerra, tendo na frente o grupo industrial privado da Krupp, favorecendo

o crescimento da produção da indústria química, da metalúrgica, da têxtil e de alimentação. Também, incentivou a formação de cartéis com o objetivo de controlar a concorrência para evitar o aumento dos preços e a inflação. A Alemanha nazista, com a sua política de intervenção estatal na economia, consolidou o capitalismo e transformou-se em uma potência econômica e militar, que não admitia concorrência na Europa. Como consequência, fez recrudescer a disputa entre os países imperialistas, que levaram o mundo à mais sangrenta guerra.



ATIVIDADES

1. Defina a natureza da “era da catástrofe”.
2. Comente sobre a relação entre a indústria da guerra a crise economia capitalista.
3. Cite elementos do pensamento de Keynes para solucionar a crise do capitalismo.
4. Identifique as causa da crise geral da economia capitalista da década de 1920.
5. Identifique as principais características do New Deal.
6. Comente as políticas adotadas pela Inglaterra e Alemanha para superar a crise
7. Comente sobre as consequências para o capitalismo mundial provenientes das políticas aplicadas superar as crises sofridas pela economia mundial durante o período entre as Guerras Mundiais – 1914/1945.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADE

A economia capitalista, entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, período do conhecido como a “era da catástrofe”, viveu fortes crises econômicas, ampliada que foi intensificada com a Grande Depressão, originada pela quebra do Bolsa de Nova York, em 1929. As crises impeliram o capitalismo a adotarem políticas econômicas que transformaram o capitalismo. As mudanças se caracterizaram pela intensificação da intervenção do Estado da economia, pela ampliação dos monopólios e dar articulação entre o setor financeiro e o industrial, pela produção e consumo de massa, pela intensificação da prática do “gerenciamento científico” (ao fordismo) e pela consolidação da hegemonia do modelo econômico capitalista americano.

CONCLUSÃO

A Crise econômica generalizada que dominou o capitalismo mundial na “era da catástrofe”, marcada pelas Guerras Mundiais, pela II grande Depressão e pela forte agitação sociais como a Revolução Soviética, “destruiu o liberalismo econômico”, derrubando normas de regulação dominantes durante o todo o século XIX. (HOBSBAWM, 1995) De formas diversificadas as diversas formações sociais impuseram aumento qualitativo do Estado na economia, que para impedir a concorrência dos produtos estrangeiros executaram políticas protecionistas, que contribuíram para desmontar a nível nacional e internacional a prática “o livre comércio”. A política protecionista implicou, nas formações sociais imperialistas, a intensificação do crescimento das indústrias voltadas para a guerra, com a formação dos “complexos industriais militares”. O que dava seguimento ao processo de monopolização e financeirização da economia capitalista.

Também, em conseqüência ao protecionismo econômico diminuiu o “nível de integração econômica global em relação ao que havia sido alcançado antes de 1914”. (COLLINICOS, 2007) Situação agravada com a formação da União das Republicas Soviéticas (1917), retirou do mercado capitalista regiões de consumidoras de industrializados dos principais Estados capitalista europeus, em virtude da implementação do projeto de política “econômica socialista.” Não se pode deixar de registrar outra mudança significativa que foi a perda da liderança da economia mundial pelas formações sociais e econômicas européias para os Estados Unidos da América, país em que a economia capitalista teve a Primeira e a Segunda Guerra como conjunturas favoráveis à superação das crises que abalaram a sua economia e a do mundo. Os anos, pós 1945, registram o domínio esmagador econômico e militar do imperialismo dos USA mundialmente, que disputaria com o imperialismo da ex-URSS, até o final dos anos 80, do século XX, a hegemonia mundial.



RESUMO

As contradições que contribuíram para criarem a “era da catástrofe”(1914/1945) derrubaram o liberalismo econômico e político. Pois, à medida que a contradição entre o trabalho e o capital e entre as diversas formações sociais imperialistas se acirravam, os gerentes dos capitais buscaram e exigiram do Estado mudanças de conduta política, e que, através de sua intervenção, movesse ações que superassem as crises promovidas pela concorrência e pela pressão política dos trabalhadores, que impediam a realização da acumulação ampliada de capitais. A conseqüência da nova forma de regulação capitalista foi a intensificação dos modos monopolista

e financeiro de operar a economia mundial, dando fôlego à expansão das forças produtivas originárias da segunda revolução industrial, à produção e consumo de massa, à intensificação da prática do “gerenciamento científico” (ao fordismo) e ao domínio do modelo econômico capitalista americano. Ao mesmo tempo, a era da catástrofe criou uma conjuntura favorável à formação do primeiro Estado Socialista, a URSS.



PRÓXIMA AULA

Na próxima aula estudaremos a Era de ouro do Capitalismo

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, José J. de Andrade. **Revolução Industrial e Capitalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, Coleção Primeiros Vãos.
- BEAUD, Michael. **História do Capitalismo**: de 1500 aos nossos dias. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- BRENER, James. **1929: a crise que mudou o mundo**. São Paulo:, Editora Ática, 1996,
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- CATTANI, Antonio David. **Trabalho e tecnologia**: Dicionário Crítico. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- COGGIOLA, Osvaldo; KATZ, Cláudio. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Editora Xamã, 1986.
- CALLINICOS, Alex. **Marxismo e imperialismo hoje**. Disponível em <<http://socialista.tripod.com>>. Acesso em 22/03/2007.
- HOBBSAWM, Eric J. **A era do Capital**: 1848/1875. 5 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.
- . **A era dos Impérios**: 1875/1914. 3 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992.
- HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 17 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- HUNT & SHERMAN. **História do pensamento econômico**. 5 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.
- MARX, Karl; **O Capital**: crítica à Economia Política. 16 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasiliense, 1998.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998.

MÉSZAROS, István. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989.

OHLWEILER, Otto Alcides. **Materialismo Histórico e crise contemporânea**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

———. **O Capitalismo contemporâneo**. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1986.

PELIANO, José Carlos. **Acumulação de trabalho e mobilidade do capital**. Brasília: Editora UNB, 1990.

REZENDE, Cyro. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Ed. Contexto, 1999.

SANDRONI, Paulo. **Novo Dicionário de Economia**. 2 ed. São Paulo: Ed. Best Seller, 1994.

SINGER, Paul. **O que é Economia**. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

GLÓSSARIO



Jonh M. Keynes: (1883/1946) mais importe economista inglês do início do século XX, foi um crítico do liberalismo clássico, afirmando que as políticas centradas na confiança na força do mercado para garantir o equilíbrio automático econômico capitalista eram enganosa e inconsistentes, por isso era necessário que para evitar a recessão e o desemprego que o Estado realize uma política de investimentos na economia na busca de encontra o pleno emprego. O seu pensamento influenciou fortemente as economias capitalistas depois da segunda guerra mundial. Seu pensamento econômico foi escrito nos trabalhos: Tratado sobre a Moeda (1930) e Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda (1936), que contem o corpo de sua teoria. (SANDRONI: 1994, 183/184)